

## LIMITES E POSSIBILIDADES DA CAFEICULTURA FAMILIAR EM BARRA DO CHOÇA, BAHIA: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA SÓCIOAMBIENTAL

Maíra Ferraz de Oliveira Silva<sup>1</sup>; Thiago Costa Brito Ribeiro<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Docente, Especialista em Gestão da Cadeia Produtiva do Café com Ênfase em Sustentabilidade e em Educação Cultural e Memória, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *campus* de Vitória da Conquista-BA, ferrazmaira@hotmail.com.

<sup>2</sup> Discente, Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia em Vitória da Conquista-BA, thiagocbribeiro@gmail.com.

**RESUMO:** Este trabalho tem o objetivo de refletir acerca da atual situação dos agricultores familiares de Barra do Choça, Bahia, que produzem café, analisando o sistema produtivo que predomina entre estes. A fundamentação teórica da pesquisa inclui as concepções dos principais autores que discutem o contexto brasileiro, Silva (1997) e Abramovay (2007). Foram realizadas análises sobre a evolução do setor cafeeiro no país e as conseqüentes transformações que ocorreram no meio rural brasileiro. Além da pesquisa bibliográfica que viabilizou o desenvolvimento da fundamentação teórica, foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre a região de Barra do Choça, dados de pesquisas desenvolvidas pela prefeitura do município e os resultados dos questionários aplicados entre os cafeicultores familiares. Dentre os principais resultados, observou-se que os produtores familiares têm acesso a políticas de incentivo para a sua produção, contudo ainda encontram dificuldades na área de comercialização, impedindo melhores retornos financeiros. Os principais motivos que promovem a permanência destes agricultores no campo são a diversificação da produção e o desenvolvimento de outras atividades, não agrícolas, o que caracteriza a ocorrência do fenômeno da pluriatividade. Com isso infere-se que o agricultor familiar permanece no campo, não por falta de emprego ou pela exigência de mão-de-obra qualificada em outras ocupações, mas pela ocorrência de novas oportunidades de ocupação no espaço rural e em seu entorno, através de incentivos governamentais que auxiliam no processo produtivo e pelo conhecimento que já têm na produção agrícola que desenvolvem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar. Produção Cafeeira. Diversificação. Pluriatividade.

## LIMITS AND POSSIBILITIES OF FAMILY COFFEE PLANTATIONS, BAHIA : AN ANALYSIS UNDER SOCIAL AND ENVIRONMENTAL PERSPECTIVE

**ABSTRACT:** This paper aims to reflect on the current situation of the family farmers of Barra do Choça, Bahia, that produce coffee, analyzing the productive system that prevails among them. The theoretical research includes the views of the authors who discuss the Brazilian context, Silva (1997) and Abramovay (2007). Analyzes were conducted on the development of the coffee sector in the country and the consequent transformations that have occurred in rural areas. Besides the literature which enabled the development of theoretical, data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics on the region of Barra do Choça, research data developed by the City Hall and the results of the questionnaires among family farmers. Among the main results, it was observed that family farmers have access to incentive policies for their production, yet still have difficulties in the area of marketing, preventing better financial returns. The main reasons that promote the permanence of these farmers in the field are the diversification of production and the development of other activities, non-farm, what characterizes the occurrence of the pluriactivity. Thus it appears that the family farmer remains in the field, not by lack of jobs or the requirement of skilled labor in other occupations, but the occurrence of new employment opportunities in rural areas and their surroundings through government incentives that assist in the production process and the knowledge they already have in the agricultural production that they develop.

**KEY-WORDS:** Family Farming. Coffee Production. Diversification. Pluriactivity.

## INTRODUÇÃO

No ano de 1972 foi realizado, pelo Instituto Brasileiro de Café, um estudo para analisar a viabilidade da produção cafeeira na região do município de Barra do Choça. Então, a partir da década de 1970, vários produtores foram atraídos, com o objetivo de produzir um gênero agrícola de importância no mercado internacional, para a região que já possuía formação histórica calcada no grande latifúndio.

Segundo Silva (1995) o café foi responsável pela inserção mais acentuada das relações capitalistas no Brasil enquanto formador de capital e infraestrutura para a indústria nascente. A partir da ascensão da cafeicultura em Barra do Choça, os agricultores que produziam com suas famílias apenas para subsistência passaram a produzir o café e trabalhar nas grandes fazendas em épocas de colheitas. Entretanto, devida à sazonalidade que existe no preço deste produto a permanência no meio rural dos agricultores que dependem estritamente dessa atividade se torna difícil, levando estes a

se adaptarem às novas tecnologias e buscar outras formas de gerar renda – agrícola e não agrícola - para sua família, fenômeno denominado por Schneider (2009) como pluriatividade.

Nessa perspectiva, para garantir a permanência no meio rural, os agricultores familiares encontram formas alternativas de obter renda extra com atividades não agrícolas, mesmo que fora do estabelecimento, ao mesmo tempo em que mantém a produção agrícola.

A atividade agrícola no âmbito familiar já pressupõe uma série de atividades que são desempenhadas pelos membros da família. O fato de a propriedade ser menor, e, por ser familiar, a produção não é feita em larga escala e o produtor pode se dedicar a outras atividades em tempo parcial. Na concepção de Silva (1997), a pluriatividade seria a combinação entre as atividades agrícolas e o mercado de trabalho temporário, como agroindústrias, ou ainda, relacionadas ao setor de serviços.

Logo, a pluriatividade pode aprofundar a interação entre o mercado e os agricultores familiares e, segundo o autor, pode ser uma forma de autonomia para os produtores.

Nascimento (2008) afirma que é possível perceber no meio rural, que famílias pluriativas geralmente ganham melhores rendimentos que as famílias exercendo atividades estritamente agrárias. O autor coloca também a relevância social da pluriatividade, pois, esta impede os fluxos migratórios do campo para as cidades, fazendo decrescer tanto os níveis de desocupação do campo quanto a superpopulação nos centros urbanos – que geram desemprego, aumento da pobreza e marginalidade.

Para ter acesso aos meios de produção que exigem bens de capital, no caso da produção cafeeira, o agricultor familiar pode obter crédito com financiamentos criados por meio de políticas do governo, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Abramovay (1992) entende que o agricultor familiar que consegue permanecer no campo produzindo deve ser visto como um agente social, impedindo o êxodo rural – e o conseqüente aumento descontrolado da população urbana – tendo, por esse motivo, a necessidade de incentivo do Estado voltado ao desenvolvimento desse sistema de produção.

Dentre os principais resultados, constatou-se que, além das alternativas encontradas no âmbito da pluriatividade, as políticas existentes, como o PRONAF e a PAA, são interessantes para os agricultores familiares se mantenham no campo, contudo se mostram incompletas ou ineficazes em alguns casos, desencadeando uma parte de ineficiência, por não completarem o ciclo de produção e comercialização, resultando na venda do produto a menores preços. Nesse sentido, o Estado, enquanto responsável pelas políticas públicas voltadas a este segmento social, deve criar mecanismos de sustentabilidade para este tipo de produção, utilizando melhor o potencial dos agricultores familiares.

O objetivo deste trabalho é analisar a situação dos agricultores familiares em Barra do Choça, Bahia, refletindo acerca da sua inserção em atividades agrícolas e não agrícolas e estabelecendo o papel do governo enquanto incentivador da agricultura familiar, por seu importante caráter social, para delimitar as limitações e possibilidades que possui a agricultura familiar no município em questão.

## MATERIAL E MÉTODOS

Foram utilizados, para a realização deste trabalho, os dados do senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os resultados da pesquisa de campo com aplicação de questionários, no município de Barra do Choça no mês de julho de 2013.

A pesquisa acerca da situação social e econômica e a produção e comercialização desenvolvida pelos agricultores familiares em Barra do Choça foi feita por meio de aplicação de questionários entre os produtores e entrevista com a secretária da Cooperativa Mista dos Pequenos Cafeicultores de Barra do Choça e Região Ltda – COOPERBAC – para informações geral sobre a produção na região e acesso a documentos com levantamentos feitos pela prefeitura do município.

A aplicação dos questionários entre os agricultores familiares teve por objetivo buscar informações sobre a situação econômica – procurando os meios de rendimentos que têm acesso – e social dos produtores e suas famílias. Também, houve a intenção de analisar se o financiamento do PRONAF e outras instituições alcançam os produtores que essas políticas objetivam de fato; a assistência do governo seja técnica, direto à produção, ou com informações; a forma de realização da comercialização do café; e, as maiores dificuldades enfrentadas para permanecer no campo.

O cálculo da amostra da pesquisa, de acordo com Barbetta (2001), tomou por base o universo (N) de 817 cafeicultores familiares conforme dados extraídos do Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Assim, levando-se em consideração o erro tolerável ( $E_0$ ) de 6%, a primeira aproximação da amostra ( $N_0$ ) será 1 dividido por  $(0.06)^2$ . O resultado é de 277,78. O cálculo da amostra, segundo Barbetta (2001), deve ser feito através da seguinte fórmula:

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0} = \frac{226,946,26}{1.094,78} = 207,298$$

Logo, a amostra a ser pesquisada deveria ser de, aproximadamente, 207 agricultores. As visitas a Barra do Choça foram realizadas nos dias 06, 07 e 10 de julho de 2013. Foram aplicados questionários na Cooperativa Mista de Pequenos Cafeicultores de Barra do Choça (COOPERBAC), na feira da cidade que aconteceu no domingo, dia 07 de julho, e em uma associação em Barra Nova, distrito de Barra do Choça.

Ao todo, entre contato direto com os produtores e entrega para devolução, foram disponibilizados 240 questionários. Contudo, por haver outros profissionais aplicando questionários para seus respectivos trabalhos e por resistência de muitos em responderem ao mesmo, alguns produtores se mostraram receosos não respondendo às questões ou não devolvendo as respostas.

Foram aplicados, com êxito, 77 questionários. Dessa forma, com uma amostra de 77 agricultores, realizando o cálculo segundo o método de Barbetta (2001), a margem de erro da pesquisa – antes de 6% - passou a ser de 10,84%. Entretanto, mesmo com a margem de erro maior, a amostra utilizada aproximou-se 10% do total de agricultores familiares e, portanto permaneceu significativa. Os resultados analisados foram tabulados através do programa Microsoft Excel, chegando ao cálculo de porcentagens das respostas. As questões aplicadas foram concernentes aos tipos de atividades desenvolvidas pelos agricultores, o acesso ao crédito, informação, aquisição dos bens de produção, a situação social e econômica da família.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados do IBGE de 2006 apontam que o número de agricultores familiares produzindo café em Barra do Choça é de 817 dos 24.047 existentes na Bahia. O município supera outras cidades como Vitória da Conquista, com 637, Encruzilhada, que tem 395 e Planalto, que apresenta 390 cafeicultores familiares.

Quanto à condição dos produtores em relação à propriedade rural, dentre os produtores participantes da pesquisa 92% responderam que são proprietários do estabelecimento em que moram e cultivam o café. Quanto às formas de aquisição do imóvel rural 52% adquiriram o imóvel por meio de compra, 33% através de herança e apenas 5% já tinham herdado a propriedade e ampliaram-na por meio de compra, conforme se observa na Figura 1:

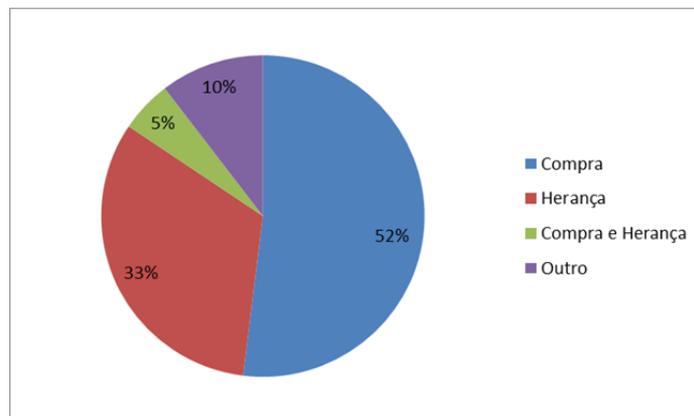


Fig. 1 - Formas de aquisição da propriedade pelos cafeicultores familiares

A quantidade de compra e ampliação demonstra que mesmo com a chegada da lógica capitalista no campo os agricultores ainda permaneceram no campo e ainda são atraídos para a produção agrícola. No que se refere ao tamanho das propriedades, 47% dos imóveis estavam estabelecido em áreas com até 5 ha. Logo, foi possível perceber que, de fato, a maior parte dos agricultores da região está concentrada nas menores propriedades, sendo, portanto, conservada a estrutura fundiária na qual foi formado o país. Os dados referentes à renda média familiar dos entrevistados podem ser analisados através da Figura 2, a seguir.

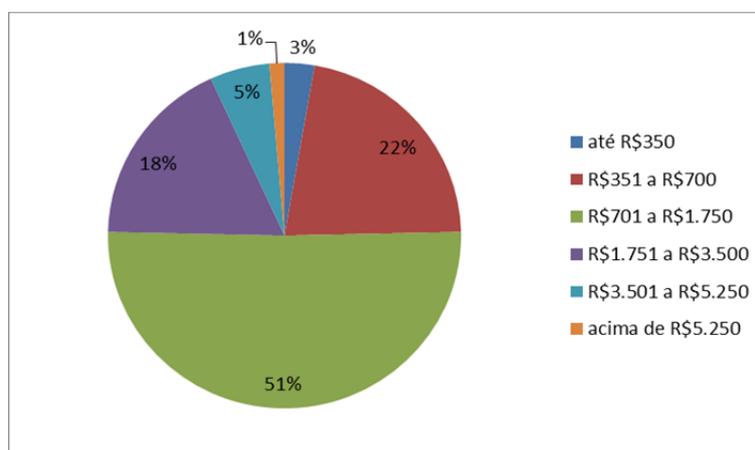


Fig 2 - Renda média familiar dos cafeicultores familiares

Observa-se que entre os produtores que ganhavam acima de R\$ 1.751, somente 22% tinham a renda advinda da terra e de fontes externas. Em situação mais crítica, vivendo com até R\$ 350, 00 por mês, havia 3% da amostra. Com os melhores rendimentos, que ganham entre R\$ 3501,00 e R\$ 5250,00, havia 5% e apenas um produtor ganha acima de R\$ 5250, 00, contudo este tem uma área entre 16 a 25ha, produzindo 12 ha de café, somado 8ha de outras culturas produzidas. Em 36% das propriedades existiam membros da família que recebiam Bolsa Família e em 55% das famílias algum morador recebia aposentadoria. Uma parcela considerável vive com, além da atividade agrícola e renda gerada pela diversificação da produção, repasse de renda do Estado, aposentadoria e atividades não agrícolas.

Também, outro aspecto constatado foi a pluriatividade, confirmando a afirmativa de Schneider (2009) de que o agricultor familiar já inserido no mercado passa a desenvolver outros serviços em tempo parcial para desenvolver rendas permanentes. Observou-se que 21% dos produtores tinham ganhos externos como principal fonte de renda – entre trabalhos como funcionário público, professor, transporte, trabalhadores assalariados e pedreiro – e 15% equilibravam a provisão, para suprir as necessidades, entre a agricultura e fontes externas.

Analisando os dados do IBGE de 2011 é possível identificar como ocorre no município a produção de outras culturas mesmo com o café sendo predominante em área plantada (18.000 hectares). Os resultados obtidos com a aplicação de questionários também apontam que há diversificação dentro da mesma propriedade em que é cultivada a cultura principal. Assim, 81% dos produtores que responderam ao questionário, afirmaram que vendem outras culturas produzidas – milho, feijão, banana, etc. – para ajudar nas despesas.

Pôde-se perceber que uma quantidade relevante dos produtores vendem outros tipos de cultura que são produzidas em consórcio com o café. Também, há outras fontes de renda não agrícolas, conforme citado anteriormente, que, com o incentivo correto do Estado, a pluriatividade poderia gerar externalidades positivas na região, visto que já existe essa predisposição. Entretanto a maior parte dos produtores se mantêm no meio rural de Barra do Choça apenas com o que ganham por meio da terra.

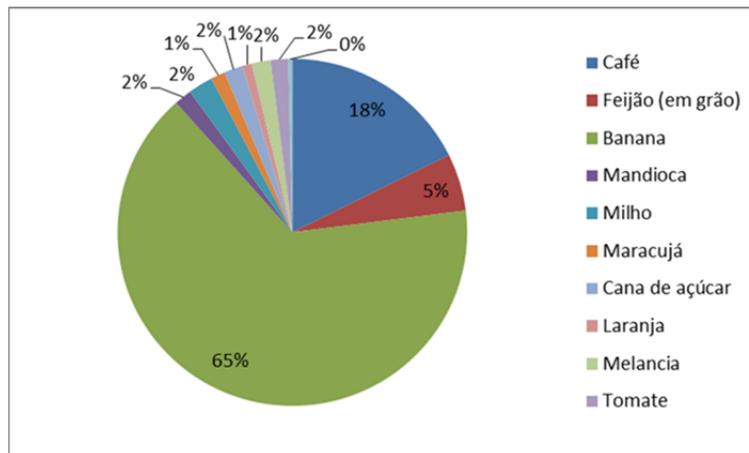


Fig. 3 - Culturas produzidas em Barra do Choça, Bahia no ano de 2011.

Para a produção do café 66% dos entrevistados inferiram que utilizavam apenas a mão-de-obra da própria família e 25%, além da familiar, contratava também trabalhadores com mais frequência em épocas de colheita. Ainda, 8% utilizava apenas trabalhadores contratados. Para realizar a colheita 82% dos agricultores afirmaram fazer a colheita manual e 18% utilizava também a derriça. 70% não realizavam, dentro da propriedade, a etapa de Beneficiamento – limpeza e descascamento – e 82% não estava fazendo a etapa de Rebeneficiamento durante o período das pesquisas.

Dentre os insumos utilizados pelos pequenos cafeicultores, 97% utilizava adubo químico ou orgânico para o preparo do solo, que pode ser visualizado na Figura 4.

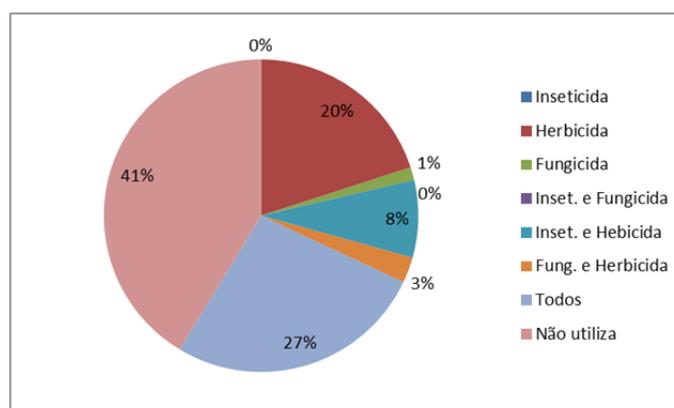


Fig. 4 - Utilização de Adubo, Herbicidas e Fungicidas

Utilizando herbicidas, fungicidas ou inseticidas havia 59% dos produtores. É possível perceber o nível alto quimificação que existe. Quanto à utilização de máquinas para o preparo do solo, 51% dos produtores não utilizam, contudo, 23% possuía recurso para utilização de tratores alugados. Os dados dos números de agricultores que utilizam herbicidas, fungicidas, adubo químico e máquinas, pode demonstrar que a agricultura familiar se integra a outros setores da economia. Porém, se por um lado, esse nível de tecnificação quanto ao uso de insumos modernos amplia a produtividade individualmente, por outro, compromete preservação dos recursos naturais e da paisagem ambiental e, conseqüentemente, a sustentabilidade ecológica da produção.

Quanto ao incentivo do governo, segundo dados da secretária Municipal de Agricultura de Barra do Choça, cedido pela COOPERBAC, em 2009 foram aprovados pelo Banco do Brasil 51 projetos de financiamento em Barra do Choça, entre o PRONAF e PRONAF-B. Ainda pelo Banco do Brasil, em 2011 diversos projetos do PRONAF comum tiveram aprovações, entre eles 24 para financiamento de colheitas, 32 para estufa e despoldadores e 75 para de Revigoroamento, Implantação e Manutenção de Cafezal, entre outros, contudo para áreas diversas. Os resultados do questionário apontam que 67% dos produtores têm a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), mas 61% afirmou já ter acesso ao financiamento.

O crédito por parte de instituições bancárias, como o Bando do Brasil e o Banco do Nordeste, através de parcerias com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar existe, sendo que uma boa parcela dos produtores que participaram da pesquisa tem acesso, contudo ainda não existe assistência e nem informação suficiente para muitos agricultores que ainda não participam dessas políticas.

Um dado que também deve ser considerado é o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em que o esforço dos membros da família é recompensado de forma mais justa quando o Estado compra a produção diretamente do agricultor familiar para ser usada como merenda escolar. Apenas 20% dos agricultores responderam vender as culturas diversificadas para esse programa do governo.

A comercialização do café também não é diferente das culturas diversificadas. A maior parte dos produtores vende a produção a preços muito abaixo do que seria justo, passando o lucro para atravessadores, conforme demonstra a figura 5:

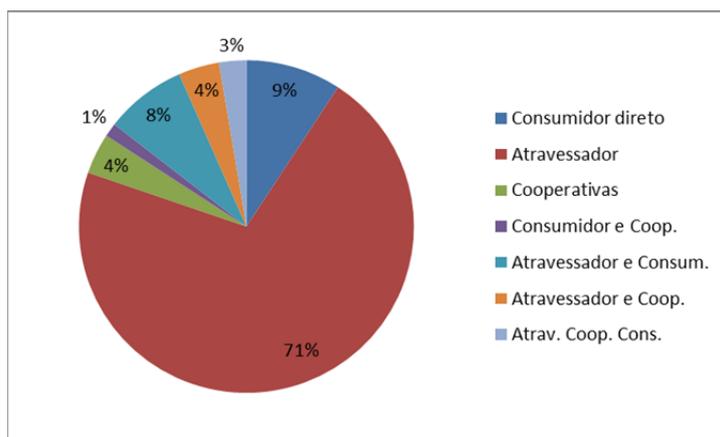


Fig. 5 - Comercialização cafeeira pelos agricultores familiares.

Quanto à diversificação, o Programa de Aquisição de Alimentos que compra produtos agrícolas diretamente de produtores de cunho familiar, estimulando dessa forma a diversificação para atender às demandas do programa a preços que sejam no mínimo recompensadores, ainda não alcança a grande parte dos agricultores familiares no município de Barra do Choça.

Pode-se perceber que há mais eficiência na política de financiamento para a produção familiar e uma deficiência em uma fase muito importante para o retorno financeiro do agricultor, que é a comercialização. A intervenção do governo se torna incompleta, onde há falhas que deveriam ser sanadas por meio de incentivos melhores à comercialização das culturas diversificadas – abastecendo assim o mercado interno – e o café para a exportação, pois, se há o financiamento, é possível produzir o café com mais qualidade, dada a exigência em bens intensivos em capital para a sua produção. Portanto, a questão principal a ser resolvida no âmbito da comercialização é a eficácia dos programas dos Governos Federal e Estadual. O financiamento é, de fato, imprescindível para o estímulo à permanência no campo, mas é necessário que o governo gere os mecanismos certos para impedir a desvalorização da produção agrícola familiar, direcionando outros programas para compra de alimentos, além dos que já existem, e, no caso do café, promova a facilidade de exportação, visto que como coloca Dutra Neto (2004), há qualidade suficiente na produção cafeeira de Barra do Choça para a aceitação do produto no mercado internacional.

Quando questionados acerca do acesso à informação, dos cursos oferecidos pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, 61% dos agricultores não frequentavam. Dos que frequentavam cursos, a maioria tinha acesso a palestras e workshops oferecidos por alguma cooperativa, cerca de 29%. Aqueles que conseguiam conhecimentos de gestão e produção por meio da EBDA e do SEBRAE foram 28%.

A partir das análises feitas e do contato com entidades representativas locais, destaca-se o papel do setor público municipal, bem como da atuação das associações de pequenos produtores e da cooperativa de pequenos produtores local, como fator chave para o nível de acesso às políticas públicas federais verificado entre o segmento familiar no município e, conseqüentemente para o sucesso da cafeicultura familiar enquanto atividade que mantém pequenos produtores no campo, produzindo cafés com qualidade suficiente para serem exportados.

Contudo, há necessidade de maior qualificação técnica através da interação entre os órgãos do governo, as Universidades inseridas no contexto e os agricultores familiares. Entendendo o agricultor familiar como um agente social, é preciso maior investimento em pesquisa e desenvolvimento pelas instituições de ensino para qualificar estes produtores tanto no que concerne a gestão da propriedade quanto à utilização de novas técnicas para uma produção limpa que gere um produto de melhor qualidade e com menores custos e, portanto comprometida com o aspecto socioambiental da produção agrícola na atualidade.

## CONCLUSÕES

- 1.A diversificação de culturas gera renda extra para os agricultores inseridos na produção cafeeira em Barra do Choça, Bahia.
- 2.Outro fator que melhora o nível da renda dos agricultores familiares é o desenvolvimento do fenômeno da pluriatividade.
- 3.O incentivo do governo, imprescindível para a realização da produção cafeeira na produção familiar em épocas de crise, é incompleto, não havendo melhores programas para a comercialização mais justa do café e outras culturas.
- 4.A interação entre as instituições de ensino, órgãos do governo e agricultores é fundamental para o desenvolvimento de tecnologias alternativas, limpas e mais baratas que garantam mais qualidade ao café que pode ser direcionado para a exportação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnad/default.asp>>. Acesso em: 6 de julho de 2013.
- NASCIMENTO, Carlos Alves do. Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Europeia. Fortaleza: BNB, 2008
- SILVA G. J. O novo rural brasileiro. Nova Economia: Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, v. 7 n. 1, p. 43-81, maio./1997.
- SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. 8 ed. São Paulo: ALPHA-OMEGA, 1995.
- SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). La pluriactividad en el campo latinoamericano. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-16